



Acesse o PDF da Sinopse de Notícias no site da 7ª CCR e na [Intranet](#)

Sexta-feira (25/10) a Quinta-feira (07/11)

Manchetes

Câmara dos Deputados: Câmara aprova em 2º turno PEC que cria polícias penais

MPF: MPF alerta sobre riscos do PL que amplia liberação da posse e do porte de armas de fogo no Brasil

G1: Sistema prisional do Amazonas inaugura nova fábrica de chinelos para trabalhos de ressocialização

Século Diário: Conselho Nacional de Justiça vai lançar manual contra maus-tratos em presídios

G1: Policiais distribuem 300 marmitas a pessoas carentes de Rio Branco

Carta Capital: Juiz é afastado após ceder celular para detento fotografar cela precária

Correio Braziliense: Nova ala não deve resolver superlotação na Papuda, avaliam especialistas

STJ: Sexta Turma considera ilegal busca e apreensão coletiva em comunidades pobres do Rio

El País: Caso Marielle lança sombra sobre a polícia, tribunais e a política brasileira

Gazeta do Povo: Escola de concursos ensina técnicas de tortura e exalta homicídio

Ponte: ONG brasileira denuncia violência policial contra negros para entidades internacionais

Ponte: Fora das grades, reféns do cárcere

G1: Ação policial termina com 17 mortos em Manaus

Síntese das notícias

Câmara aprova em 2º turno PEC que cria polícias penais: O Plenário da Câmara dos Deputados aprovou na quarta-feira (6), em segundo turno, a Proposta de Emenda à Constituição - PEC 372/17, do Senado, que cria as polícias penais federal, dos estados e do Distrito Federal. A matéria foi aprovada por 385 votos a 16 e será enviada à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania - CCJ para elaboração da redação final. Em seguida, será promulgada. Também foi aprovado, por 378 votos a 5, o destaque do PL que retirou do texto a possibilidade de lei específica de iniciativa do Poder Executivo definir outras atribuições para as polícias penais, além da segurança de estabelecimentos penais. De acordo com a PEC, o quadro das polícias penais será formado pela transformação dos cargos isolados ou dos cargos de carreira dos atuais agentes penitenciários ou equivalentes e também pela realização de concurso público. A nova polícia será vinculada ao órgão administrador do sistema penal da unidade federativa a que pertencer.

Fonte: Câmara dos Deputados (7/11/2019). <http://bit.ly/2NOEBsC>



MPF alerta sobre riscos do PL que amplia liberação da posse e do porte de armas de fogo no Brasil: A Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão - PFDC e a Câmara de Controle Externo da Atividade Policial e Sistema Prisional - 7CCR, ambas do Ministério Público Federal, encaminharam ao Congresso Nacional uma **nota técnica** acerca das inconstitucionalidades do Projeto de Lei 3.723/2019. A proposição legislativa deve ser votada na quarta-feira (30) pelo Plenário da Câmara dos Deputados, em regime de urgência. O PL 3.723 busca alterar o Estatuto do Desarmamento - Lei 10.826/2003 ampliando o acesso à posse e ao porte de armas de fogo no país. A medida também autoriza a compra de farto arsenal por qualquer cidadão (até seis armas) e por caçadores e praticantes de tiro esportivo (mínimo de 16), além de enfraquecer a capacidade de controle pela Polícia Federal e pelo Comando do Exército sobre o destino e uso dessas armas. “Se aprovada, a nova legislação representará o fim do Estatuto do Desarmamento. Trata-se de um novo Estatuto para armar a população, com os riscos de aumento exponencial da violência letal por arma de fogo no país”, alertam os órgãos do MPF. No documento, a PFDC e a Câmara de Controle da Atividade Policial apontam que a proposição legislativa altera a pedra angular do modelo restritivo para a aquisição de armas de fogo por particulares, fixado no Estatuto do Desarmamento.

Fonte: MPF (30/10/2019). <http://bit.ly/2JM0jMM>

Sistema prisional do Amazonas inaugura nova fábrica de chinelos para trabalhos de ressocialização: Uma nova fábrica de chinelos foi inaugurada no sistema prisional do Amazonas, na quinta-feira (31). A nova frente de trabalho começou a funcionar no Centro de Detenção Provisória Masculino 2 - CDPM 2, localizado no km 8 da BR-174 - Boa Vista/Manaus. Essa é a segunda fábrica de chinelos dentro do sistema penitenciário. A primeira foi entregue no início do mês de outubro no Instituto Penal Antônio Trindade – Ipat. A fabricação de chinelos no CDPM 2 deve girar em torno de 500 a 700 pares ao mês. Inicialmente, três reeducandos irão trabalhar na confecção das sandálias. Os produtos serão destinados à população carcerária da unidade, que possui 1.199 internos.

Fonte: G1 (01/11/2019). <https://glo.bo/2CcgdMg>

Conselho Nacional de Justiça vai lançar manual contra maus-tratos em presídios: Dados divulgados pelo Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP indicam que, no primeiro trimestre de 2019, seis mortes de internos foram registradas dentro dos presídios capixabas. Em todo ano de 2018, esse número chegou a 33. As estatísticas são da ferramenta online sistema prisional em números, lançada em junho de 2018, e que disponibiliza as informações compiladas pelo CNMP a partir de visitas realizadas a penitenciárias. O sistema permite aos cidadãos fazer o cruzamento de dados produzidos pelos membros do Ministério Público sobre o sistema prisional e controle externo da atividade policial. O CNMP não esclarece por quais motivos as mortes ocorreram, se resultado de violência ou ligadas a outras causas como doenças ou naturais. Duas delas, no entanto, uma de um interno homem no Complexo de Xuri/ Penitenciária Estadual Vila Velha III e de uma mulher no Centro Prisional Feminino de Cariacica, ambas em setembro deste ano, são denunciadas por seus familiares decorrentes da omissão de socorro. Denúncias de maus-tratos e de tortura não são novidade no sistema prisional capixaba dentro de um contexto nacional de abusos. Diante desse quadro, o Conselho Nacional de

SINOPSE DE NOTÍCIAS



Justiça - CNJ e a Associação para a Prevenção da Tortura – APT assinaram Termo de Cooperação Técnica para promover e implantar ações voltadas à prevenção e combate à tortura e outros tratamentos ou penas cruéis, desumanas ou degradantes em situações de privação de liberdade. Entre outros itens, o termo prevê a elaboração de manual de orientação a tribunais e magistrados e identificação e difusão de boas práticas nacionais e internacionais no tema, com foco especial nas audiências de custódia.

Fonte: Século Diário (2/11/2019). <http://bit.ly/2C8bl5g>

Policiais distribuem 300 marmitas a pessoas carentes de Rio Branco: Pelo menos 300 marmitas foram doadas a pessoas carentes, no sábado (26), em bairros da capital Rio Branco/AC. A iniciativa foi da Segurança Pública do Acre, que após um curso para aluno soldado, acabou não tendo toda a comida consumida e resolveu fazer as doações. O curso foi para mais de 600 alunos, entre policiais militares, civis, bombeiros e agentes penitenciários. Segundo o aluno cabo da Polícia Militar, que foi um dos que participaram da entrega das marmitas, a organização do curso não quis jogar a grande quantidade de comida que tinha sobrado fora e decidiu fazer uma boa ação. As marmitas foram entregues para moradores de rua do bairro Tancredo Neves, além de uma casa de apoio próximo à Maternidade.

Fonte: G1 (27/10/2019). <https://glo.bo/339A5uY>

Juiz é afastado após ceder celular para detento fotografar cela precária: Um caso inédito na justiça brasileira aconteceu em Joinville, Santa Catarina. O Juiz da Vara de Execuções Penais e Corregedor do Sistema Prisional de Joinville foi impedido de seguir em um processo pelo Tribunal de Justiça do estado depois de emprestar o próprio celular para um preso tirar fotos das condições precárias de uma cela durante uma vistoria na Penitenciária Industrial de Joinville. Segundo a decisão dos desembargadores, que acataram o pedido feito pelo Ministério Público, o Juiz perdeu a imparcialidade após entregar seu aparelho para o preso, que foi condenado por ele pelo crime de roubo. Para os magistrados, o juiz atuou no caso como testemunha do processo, o que é proibido pelo código de processo penal. O episódio aconteceu em junho deste ano. O Juiz foi até a penitenciária fazer uma fiscalização, como determina a Lei de Execução Penal, e ouviu dos detentos que uma explosão havia acontecido dentro da cela que hospeda a ala destinada aos presos do regime semiaberto. Como não pôde entrar no local, pois estava fechado, pediu para que o preso tirasse uma foto a fim de abrir um pedido para resolver o problema. Então, bloqueou a tela do seu aparelho e o entregou apenas com a função da câmera disponível. O detento fez imagens que mostram um problema elétrico e a falta de estrutura dentro das celas. Nos autos da vistoria, o magistrado exige uma inspeção urgente do Corpo de Bombeiros, já que ocorreu uma explosão, seguida de um princípio de incêndio no equipamento.

Fonte: Carta Capital (29/10/2019). <http://bit.ly/2rlHCZV>

Nova ala não deve resolver superlotação na Papuda, avaliam especialistas: O Distrito Federal ocupa o terceiro lugar no ranking dos estados com o maior déficit de vagas no sistema penitenciário. Dados da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal – SSP/DF mostram que, atualmente, há 16.688 mil internos para 7.398 mil vagas. Para tentar desafogar a superlotação do Complexo Penitenciário da Papuda, a SSP está

SINOPSE DE NOTÍCIAS



construindo mais uma ala para o Centro de Detenção Provisória - CDP. Contudo, para especialistas, a medida não é suficiente para sanar o problema. O novo CDP será integrado por quatro edificações, com capacidade para receber até 3,2 mil presos preventivos — suspeitos detidos até julgamento pelo crime que, se condenados, devem ser encaminhados para as alas de regime fechado, as Penitenciárias do Distrito Federal - PDFs. Entretanto, isso não ocorre atualmente, afirma o defensor do Núcleo de Execuções Penais da Defensoria Pública do Distrito Federal - DPDF. De acordo com a Secretaria de Segurança Pública, não está definido qual será a destinação do atual CDP — se continuará recebendo presos provisórios ou se abrigará detentos em regime fechado. Ainda conforme a pasta, até o fim de 2019, deverá ser lançado um novo edital para a construção de mais uma penitenciária no Complexo Penitenciário da Papuda. Se confirmado, a ala aloca cerca de 800 internos.

Fonte: Correio Braziliense (29/10/2019). <http://bit.ly/32mHsy2>

Sexta Turma considera ilegal busca e apreensão coletiva em comunidades pobres

do Rio: Para a Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça - STJ, é ilegal a decisão judicial que autoriza busca e apreensão coletiva em residências, feita de forma genérica e indiscriminada. O colegiado concedeu habeas corpus na terça-feira (5) para anular decisão que autorizou a medida em domicílios nas comunidades de Jacarezinho e no Conjunto Habitacional Morar Carioca, no Rio de Janeiro, sem identificar o nome de investigados e os endereços a serem objeto da abordagem policial. A Defensoria Pública do Rio de Janeiro impetrou o habeas corpus coletivo em benefício dos moradores dessas comunidades pobres, argumentando que, além de ofender a garantia constitucional que protege o domicílio, o ato representou a legitimação de uma série de violações gravíssimas, sistemáticas e generalizadas de direitos humanos. Segundo a DP, a medida foi tomada, em agosto de 2017, após a morte de um policial em operação das forças de segurança nas favelas de Jacarezinho, Manguinhos, Mandela, Bandeira 2 e Morar Carioca, o que levou à concessão da ordem judicial de busca e apreensão domiciliar generalizada na região. A ordem era para que a polícia tentasse encontrar armas, documentos, celulares e outras provas contra facções criminosas.

Fonte: STJ (5/11/2019). <http://bit.ly/2WTvISB>

Caso Marielle lança sombra sobre a polícia, tribunais e a política brasileira:

A investigação sobre o assassinato, há 20 meses, da vereadora Marielle Franco, saiu da letargia na última semana de outubro de 2019 com um eletrochoque. A notícia de que um porteiro do condomínio onde o Presidente da República vivia antes de se mudar para Brasília mencionou o presidente em relação com o crime durante um interrogatório policial devolveu o caso à atualidade. A revelação monopolizou o debate durante algumas horas, mas no dia seguinte o Ministério Público lançou dúvidas sobre o testemunho. Esta é a dinâmica de uma investigação que está corrompida, segundo a ex-Procuradora-Geral da República. O caso está cheio de lacunas, inclui graves irregularidades, como um delegado que tentou incriminar um vereador com uma confissão falsa, e continua cercado por uma corrente de informações, frequentemente contraditórias ou confusas, que semeiam novas dúvidas sobre quem encomendou o assassinato.

Fonte: El País (2/11/2019). <http://bit.ly/2PM9oIZ>



Escola de concursos ensina técnicas de tortura e exalta homicídio: “Joguei uma granada de som e luz em uma cela para duas pessoas, com 16 pessoas, e estourei alguns ouvidos”. “Fiz tortura e posso dizer: funciona, eles falam rapinho”. Essas frases e outras que instigam à tortura e diversos tipos de violência foram ditas por professores de um dos maiores cursos de preparação para concursos da Polícia Militar. Os vídeos, vazaram e foram alvo de reportagem publicada. Enquanto muitos vídeos, datados de 2018, foram excluídos logo após a repercussão recente, outros ainda podem ser vistos na internet. Norberto Florindo Júnior, professor de Direito na instituição e ex-capitão da Polícia Militar de São Paulo, se vangloria dos assassinatos e torturas que cometeu durante sua carreira na PM.

Fonte: Gazeta do Povo (28/10/2019). <http://bit.ly/2NqB9En>

ONG brasileira denuncia violência policial contra negros para entidades internacionais: A organização brasileira Educafro - Educação e Cidadania de Afrodescendentes e Carentes levou à ONU - Organização das Nações Unidas e à CIDH - Comissão Interamericana de Direitos Humanos uma denúncia que pede o fim da política de enfrentamento das polícias brasileiras e investimento de porcentagem do PIB - Produto Interno Bruto para financiar ações que promovam melhor uso da inteligência policial, reduzindo assim a letalidade das ações. A ação vem como resposta da organização ao aumento da violência policial no Brasil no ano de 2019, puxada especialmente pelas áreas mais críticas nesse cenário: Rio de Janeiro e São Paulo, estados que, segundo a representação concederam uma verdadeira “licença para matar”, em especial para jovens negros, que tem 2,5 vezes mais risco de ser vítima de homicídio do que brancos ou amarelos. No Brasil, os registros apontam que em cada 10 assassinatos praticados por ano, 7 são contra a população negra.

Fonte: Ponte (1/11/2019). <http://bit.ly/2oPTS3W>

Fora das grades, reféns do cárcere: O ano de 2019 começou com recorde de denúncias de tortura em presídios do estado de São Paulo. Até o dia 12 de fevereiro, 73 casos foram registrados, 66 apenas no Centro de Detenção Provisória 2, em Osasco, na Grande São Paulo. A recordista de casos na Secretaria de Administração Penitenciária - SAP até então era a Penitenciária 1, de Potim, no interior do estado, com 20 casos notificados em 2013. Em apenas 43 dias o número de denúncias superou a metade dos registros ao longo de todo o ano de 2018, quando aconteceram 142 casos. Além disso, há indícios de que a tortura seja um crime subnotificado, já que diferentes pesquisas apresentam números maiores do que os registrados pela SAP. Segundo um relatório da Pastoral Carcerária, no ano de 2018, 175 pessoas foram torturadas em presídios brasileiros. Os casos descobertos pela Pastoral foram denunciados à Defensoria Pública da União, ao Judiciário e ao Ministério Público Federal. No entanto, apenas 12% dos casos tiveram inquérito policial instaurado para realização de uma investigação. A proposta da Justiça é a indenização por parte do poder público em 0,5% para todos os casos denunciados.

Fonte: Ponte (3/11/2019). <http://bit.ly/2JQxiik>



Ação policial termina com 17 mortos em Manaus: Em Manaus uma operação da polícia terminou com a morte de 17 homens na madrugada de quarta-feira (30). Segundo a PM, todos estavam armados e tinham envolvimento com o tráfico de drogas. Dezenas de policiais ocupavam na mesma manhã o bairro Betânia, na Zona Sul de Manaus. Percorreram os becos à procura de suspeitos de envolvimento com o tráfico de drogas. Segundo a PM, por volta das 22h de terça (29), integrantes de uma facção criminosa invadiram a região para expulsar rivais. Segundo a polícia, depois de tomar os pontos de venda de drogas da facção criminosa rival, os bandidos foram para um local comemorar. A Polícia Militar foi chamada e cercou os bandidos. Em seguida, começou o tiroteio. A ação da polícia durou quase quatro horas. O Ministério Público informou que irá acompanhar as investigações sobre as circunstâncias do tiroteio. A Secretaria de Segurança Pública do Amazonas informou que 17 suspeitos morreram durante o confronto com a polícia. Nenhum policial ficou ferido. Os policiais apreenderam várias armas.

Fonte: G1 (30/10/2019). <https://glo.bo/2pJgIKZ>